

## Verbetes

A seção verbete tem como conceito a idéia de que algumas palavras são conceitos complexos, cheios de possibilidades de leitura e, sobretudo, de expressão pessoal por autores que tenham expertise para redefini-los. Mesmo que a noção de verbete seja ancorada ao sonho da enciclopédia a orientação aqui é muito mais ligada um projeto aberto que vai acrescentando visões atualizadas aos estados da arte de conceitos e personagens. Valem entendimentos particulares de trilhas já muito cursadas e também vale exercitar a invenção na forma do texto. Em um certo sentido, Jorge Luis Borges é mais próximo dessa seção do que Diderot e D'Alembert. A prerrogativa da liberdade se estende inclusive à forma de apresentação das fontes e referências bibliográficas, que podem tanto acompanhar o formato acadêmico, quanto podem ser citadas informalmente no corpo do texto, ou ainda omitidas por completo, caso o autor considere que seu verbete deva ser lido assim. Os verbetes da Teoria e Cultura são o lugar de retomar antigas novas disputas sobre o que devemos, ou podemos, entender por certas palavras.



# Intelectual público<sup>1</sup>

Desde o momento inicial de sua formulação no final do século XIX, no contexto do *affaire* Dreyfuss, que marcou, na França, o surgimento do conceito moderno de “intelectual”, passando por todo o século XX, diversos autores têm se dedicado à reflexão sobre o significado do termo “intelectual” e sobre quais seriam as suas funções em uma determinada sociedade. A partir de perspectivas teóricas distintas e ancoragens políticas diversificadas, Antonio Gramsci, Julien Benda, Karl Mannheim, Raymond Aron, Norberto Bobbio, Pierre Bourdieu, Edward Shils, Noam Chomsky, Randall Collins, Edward Said, entre outros, procuraram não apenas refletir sobre o significado do conceito, mas compreender de que maneira os intelectuais se relacionam com o Estado, com a política, com as classes sociais e com outros grupos da sociedade.<sup>2</sup> Da leitura dos escritos desses autores sobre o tema, é possível depreender que se trata de um equívoco a construção teórica de uma concepção homogênea de intelectual, como se todos aqueles que são identificados ou se identificam com este rótulo pudessem ser situados em uma categoria única e indistinta.

Em artigo sobre o tema, o historiador Jean-François Sirinelli (1996) sugere que o conceito de intelectual deva ser compreendido a partir de seu caráter polissêmico e polimorfo, evitando-se generalizações acerca deste agrupamento heterogêneo. Contudo, à guisa da construção de uma análise sobre o tema, uma definição mais precisa do que se compreende como “intelectual” se faz sempre necessária. Em seu livro sobre a evolução política de György Lukács, no qual constrói uma “sociologia dos intelectuais revolucionários”, Michael Löwy estabelece uma definição abrangente, porém apropriada, para pensar a noção de “intelectual”, encarando-o como uma “categoria social definida por seu papel ideológico”, ou seja, como “produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes, etc.” (LÖWY, 1976, p.1-2).

Se não existe uma concordância estabelecida em torno da definição de “intelectual”, é menos consensual ainda a demarcação do conceito de “intelectual público”. Richard Posner (2001), em livro importante sobre o tema, intitulado *Public Intellectuals*, os define como aqueles homens das letras – sejam eles

vinculados ou não à universidade –, que escrevem ou se pronunciam – a partir da publicação de livros, artigos em revistas e jornais, palestras e leituras públicas, no rádio ou na televisão – sobre assuntos de interesse público, direcionando seus respectivos discursos para uma audiência mais ampla, composta não somente por acadêmicos ou especialistas na temática abordada, mas para um “público geral”. Ainda que a definição seja abrangente, ela ajuda a refletir sobre aspectos importantes relacionados à figura do “intelectual público”, categoria que, registre-se, ganhou maior relevância ao longo do século XX, não à toa chamado por alguns especialistas de “século dos intelectuais” (WINOCK, 2000).

Não obstante seja possível mobilizar os ensaios de Edmund Wilson, em seu *Rumo à Estação Finlândia*, e retomara contextos como a França pré-revolucionária, a Alemanha do XIX ou a Rússia do início do XX, quando intelectuais como Michelet, Rousseau, Marx, Lênin e Trotsky assumiram protagonismo decisivo na vida pública de seus respectivos países, o termo “intelectual público” passou a ganhar mais destaque no imaginário social especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial para se referir a personagens como Jean Paul Sartre, Albert Camus, Simone de Beauvoir e Raymond Aron, que se tornaram exemplos paradigmáticos da inscrição da inteligência na vida pública, como analisado no notável livro de Tony Judt, *Passado Imperfeito. Um Olhar Crítico sobre a Intelectualidade Francesa*. Resguardadas as devidas particularidades, este modelo de participação no debate público foi seguido nas décadas posteriores no contexto francês por nomes como Michael Foucault e Pierre Bourdieu, que consolidaram a imagem do intelectual público por excelência, como aquele que participa diretamente dos debates públicos sobre temas que afetam, direta ou indiretamente, toda a coletividade.

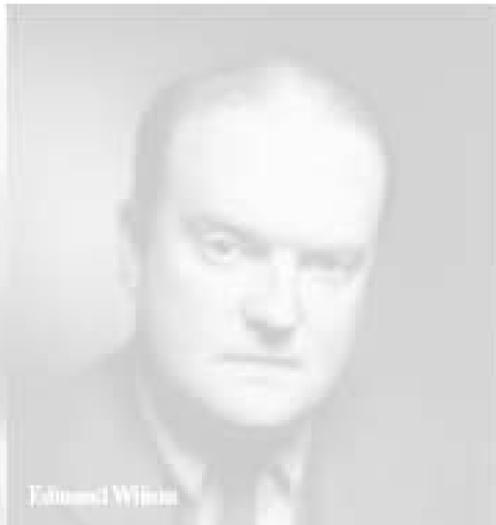
Se os anos que se estendem de 1950 a 1980 podem ser tomados como períodos áureos dos “intelectuais públicos”, as últimas décadas foram marcadas por transformações significativas que levaram diversos autores a mobilizarem em seus escritos sobre o tema termos como “declínio” (POSNER, 2001) e “silêncio” (NOVAES, 2006). As causas para a chamada “crise” do intelectual público têm sido buscadas em diferentes direções. Muitos dos estudos sobre o tema associam esse declínio a transformações que ocorreram na própria esfera pública cultural, relacionadas principalmente à centralidade ocupada pelos meios tecnológicos de produção e difusão de informações audiovisuais, que priorizam as imagens frente às palavras. Conforme destacado por Habermas (2006),



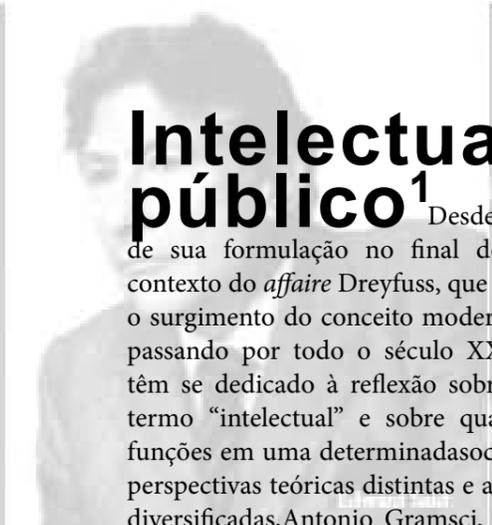
Albert Camus



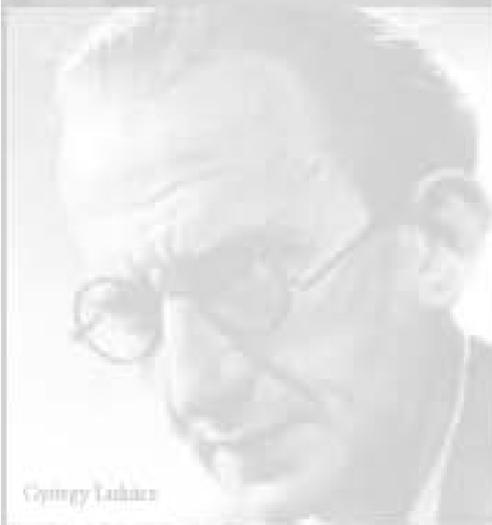
Antonio Gramsci



Edmund Wilson



Karl Mannheim



György Lukács



Jean Paul Sartre



Raymond Aron

Simone de Beauvoir



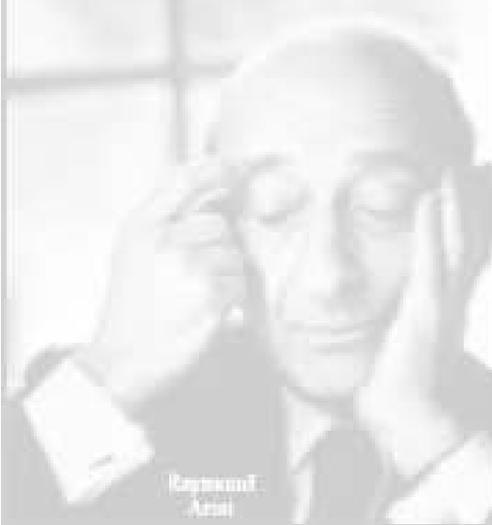
Luc Weruża  
Viana



Michael Löwy



Noam Chomsky



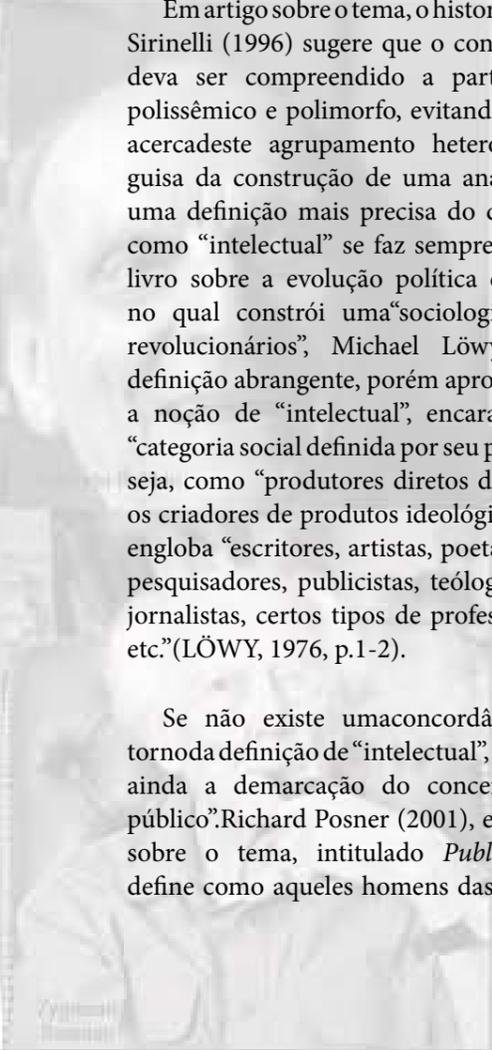
Raymond E.  
Aron



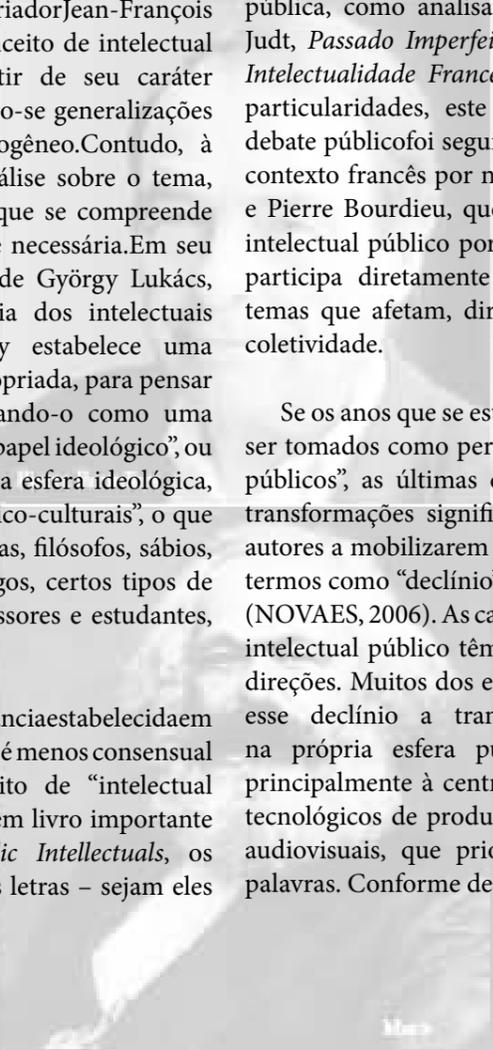
Richard  
Posner



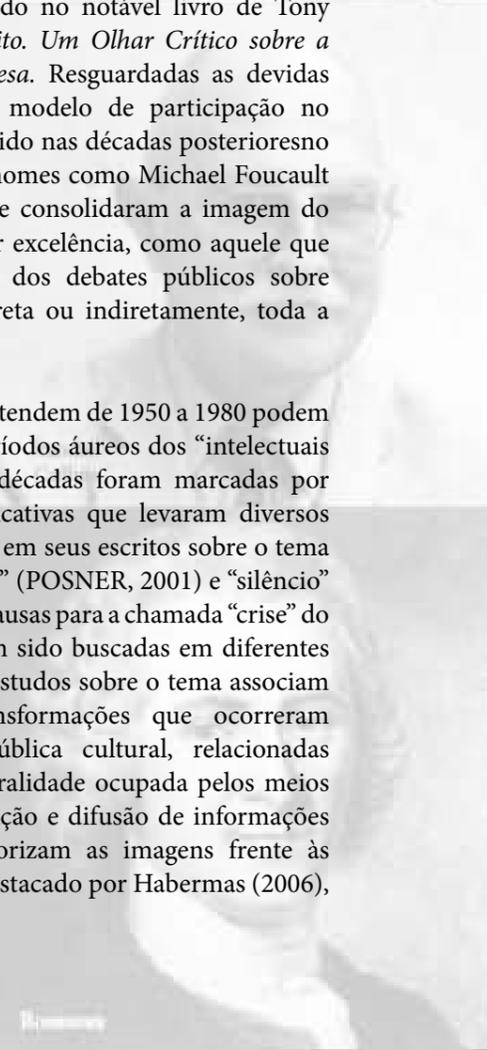
Jürgen  
Habermas



Tony  
Judt



Pierre  
Bourdieu



Michael  
Foucault

na sociedade midiática contemporânea ocorre uma nova mudança estrutural da esfera pública, que tem consequências diretas para os intelectuais, na medida em que a mídia tanto opera no sentido de uniformizar o tempo da produção do conhecimento, quanto tem o poder de agendamento dos temas públicos de maior relevância. Esses fatores contribuem para restringir ou, ao menos limitar, um espaço para uma reflexão mais problematizada, ponderada e de mais largo alcance sobre temas importantes da agenda pública, reduzindo, nesse sentido, a importância dos intelectuais (OLIVEIRA, 2001).

No contexto dos anos 1990, que coincidentemente com a crise das chamadas “grandes narrativas” e “grandes paradigmas”, a exemplo do marxismo, que conferiam sentido e davam lastro para a intervenção pública da maior parte dos homens das letras, os “especialistas competentes” passam a ser a nova fração dominante dos intelectuais públicos, tendendo, mediante suas intervenções supostamente “neutras” e “técnicas”, a direcionar seus discursos na esfera pública a partir de uma linguagem incompreensível para a maioria dos cidadãos (CHAUÍ, 1983). Neste mundo dos “especialistas competentes”, os economistas, como intelectuais do mercado, inscritos direta ou indiretamente no mundo sistêmico e detendo a autoridade legítima para falar na esfera pública sobre todos os assuntos, ganham, cada vez mais, a proeminência no debate público, procurando traduzir suas análises e posições em matéria especificamente econômica sobre todas as dimensões da vida política e social.

Além dessas transformações no mundo da esfera pública e da cultura que conduziram ao predomínio da figura do “especialista competente”, convém destacar que o processo de especialização e rotinização das universidades, intensificado ao longo dos últimos anos, tem sido outro fator apontado pelos especialistas como responsável pelo enfraquecimento da dimensão pública da atividade intelectual. Nos últimos anos, as universidades passaram por novas mudanças estruturais e viram em uma encruzilhada no que se refere à sua destinação enquanto agência de inscrição dos intelectuais na vida pública, sobretudo em decorrência da colonização da dinâmica e da lógica de mercado à produção acadêmica (PERLATTO, 2013). O ácido diagnóstico sobre a burocratização dos intelectuais da academia norte-americana realizado por Russel Jacoby, em seu clássico livro *Os últimos intelectuais*, foi sendo posteriormente confirmado por análises diversas, que enfatizam, a partir de diferentes perspectivas, o deslocamento do *homo academicus*, nos termos de Pierre Bourdieu

(2011), da vida pública, cada vez mais autocentrado em preocupações internas ao campo acadêmico, perdendo suas conexões com a esfera pública e com públicos externos aos muros das universidades.

Se de uma parte não restam dúvidas quanto à validade das interpretações pessimistas em relação ao declínio do “intelectual público”, de outra, é apropriado pensar em abordagens que problematizam essa ideia, chamando a atenção para o fato de que menos do que sua crise propriamente dita, o que estaríamos testemunhando atualmente seria a conformação de uma nova forma de inscrição e de intervenção dos intelectuais na vida pública, com a substituição daquilo que Foucault (2006) chamou de “intelectual universal” pelo “intelectual específico”, ou nos termos de Zygmunt Bauman (2010), do intelectual “legislador”, característicos da modernidade, para o intelectual “intérprete”, que, segundo este autor, no contexto da pós-modernidade, teria um papel fundamental na afirmação das diferenças e diversidades.

Conforme destacado por Maria Alice Rezende de Carvalho, a participação de intelectuais portadores de conhecimentos específicos associados, por exemplo, ao meio-ambiente e à questão urbana, atuando diretamente ou em parceria com movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e outras agências da sociedade civil abriria, segundo a autora, novas possibilidades de se superar hábitos e identidades intelectuais estabelecidos, forçando, ainda que com resistências, “a redefinição do conhecimento acadêmico em direção a problemas fragmentários, setoriais, que, não obstante sua aparente particularidade, são comuns a grupos sociais em diferentes regiões do mundo” (CARVALHO, 2007, p.29). Não à toa, essa preocupação vem estimulando a produção de uma nova bibliografia preocupada menos com os intelectuais em si e mais dedicada à sociologia das intervenções intelectuais, procurando refletir justamente sobre a constituição de redes que agregam estes intelectuais portadores de saberes específicos com ativistas sociais e, eventualmente gestores públicos, em torno da reflexão e do enfrentamento de problemas públicos diversos da agenda política e social (SAPIRO, 2009; EYAL & BUCHHOLZ, 2009).

Aspecto interessante a ser destacado é que concerne à questão dos intelectuais públicos é que reflexão sobre a inscrição dos intelectuais na vida pública tem crescido sistematicamente em tempos mais recentes. O interesse renovado sobre essa temática pode ser comprovado, em grande medida,

pelo aumento da produção teórica e empírica, no âmbito das universidades, em torno, por exemplo, de agendas de pesquisa relacionadas à “sociologia pública” e a “história pública”, evidenciando a preocupação de sociólogos e historiadores em refletirem sobre a necessidade, de um lado, de uma maior publicização do conhecimento acadêmico produzido no âmbito das universidades e, de outro, de um maior envolvimento e engajamento com audiências extra-acadêmicas.<sup>3</sup>

Outra vertente de reflexão que vem recebendo atenção cada vez mais significativa por parte dos estudiosos do tema se refere ao engajamento público dos intelectuais no enfrentamento reflexivo de temáticas públicas que transcendem as fronteiras nacionais (KENNEDY, 2014). A crítica levantada por estes especialistas se direciona ao fato de que durante muitos anos a reflexão sobre os intelectuais públicos ficou demasiadamente presa aos paradigmas nacionais, perdendo-se de vista a importância internacional do ofício intelectual. Contudo, com o impulso da globalização, as últimas décadas têm sido caracterizadas pela exacerbação e complexificação de determinados problemas públicos globais – relacionados, entre outras temáticas, à mercantilização das cidades, à destruição do meio ambiente, ao aumento da violência, das guerras e do terrorismo, à ofensiva contra os direitos trabalhistas, à contestação dos regimes democráticos, ao enfrentamento dos direitos humanos, à criminalização dos movimentos sociais, ao aumento das tensões entre setores laicos e religiosos, à ofensiva contra a ampliação dos direitos vinculados às minorias e à manutenção da brutal desigualdade social –, que vêm demandando cada vez mais sistematicamente a reflexão acerca da constituição de redes de intelectuais que contribuam para o debate público em torno desses temas e que participem – em diálogo com diferentes grupos sociais nacionais e internacionais, vinculados a movimentos sociais, ONGs e agentes governamentais – de um amplo movimento voltado para o fortalecimento da democracia e para a ampliação dos direitos civis, sociais, políticos e culturais.

A despeito de reconhecer que a forma de inscrição dos intelectuais na vida pública se alterou significativamente ao longo das últimas décadas, é importante ressaltar a permanência da relevância do intelectual público nas sociedades contemporâneas, de modo geral, e no Brasil, em particular. Em tempos marcados pelo radicalismo sectário de todas as partes do espectro político e pela indigência do debate público em uma perspectiva mais ampla, a figura do intelectual emerge como um ator fundamental – ainda que não

exclusivo – no sentido de possibilitar uma conversa pública mais qualificada em torno de temas que dizem respeito a toda coletividade. No caso mais específico dos intelectuais vinculados às universidades, o grande desafio colocado, para os próximos anos, diz respeito à necessidade de se conjugar o indispensável processo de institucionalização e especialização acadêmica sem que isso implique no abandono da fundamental participação dos mesmos nos debates na esfera pública. A partir da constituição de redes com outros grupos da sociedade, os intelectuais ainda têm um papel público fundamental a desempenhar para o entendimento de problemas relevantes e para a construção de alternativas que contribuam para acelerar o processo de democratização política e social nos diferentes países.

Fernando Perlatto  
Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

ALMEIDA, Juniele R. & ROVAL, Marta G. (Orgs.), **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. BRAGA, R.; BURAWOY, Michael & BRAGA, Ruy. 2009. Por uma sociologia pública. São Paulo: Alameda.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, 2007, p. 17-31.

CHALHOUB, Sidney & FONTES, Paulo. “História social do trabalho, história pública”. **Perseu: História, Memória e Política**, v.4, 2009, p.217-228

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

EYAL, G. & BUCHHOLZ, L. “From sociology

of intellectuals to the sociology of interventions”, **Annual Review of Sociology**, n.36, pp.117-137, 2010.

FOUCAULT, M. “Os intelectuais e poder”. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p.69-78.

HABERMAS, Jürgen. “O caos da esfera pública”. **Folha de São Paulo**, Caderno “Mais”, 13/08/2006, p.4-5.

KENNEDY, Michael. **Globalizing knowledge. Intellectuals, universities, and publics in transformation**. California: Stanford University Press, 2014

KURZMAN, Charles & OWENS, Lynn “The sociology of intellectuals”, **Annual Review of Sociology**, Vol. 28, 2002, p. 63-90.

LÖWI, Michel. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. A evolução política de Lukács, 1909-1929. São Paulo: Lech, 1976.

NOVAES, Adauto. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, 2001, p. 125-132.

PERLATTO, Fernando. “As mudanças estruturais das universidades públicas. Um apropriadialética de interpretação”. **Pesquisa e Debate em Educação**, v.3, 2013, p.12-27.

PERLATTO, Fernando & MAIA, João Marcelo Ehlert. “Qual sociologia pública?: uma visão a partir da periferia”. **Lua Nova**, 2012, p. 83-112.

POSNER, Richard. **Public intellectuals: a study of decline**. London: Harvard University Press, 2001.

SAPIRO, G. Modèles d’intervention politique des intellectuels, **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 176-177, pp. 8-31, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 231-269.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

## NOTAS

1 Agradeço ao generoso convite de Raul Francisco Magalhães para a escrita deste verbete.

2 Para a apresentação de algumas vertentes da “sociologia dos intelectuais”, ver: KURZMAN & OWENS (2002).

3 Sobre sociologia pública, ver (BURAWOY & BRAGA, 2009; PERLATTO & MAIA, 2012) e sobre história pública, ver (CALHOUB & FONTES, 2009; ALMEIDA & ROVAI, 2011).

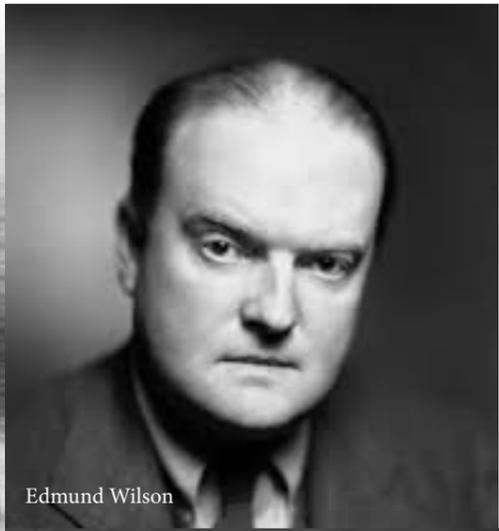




Albert Camus



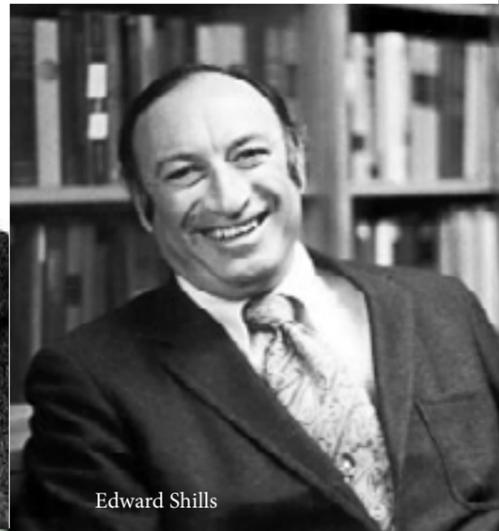
Antonio Gramsci



Edmund Wilson



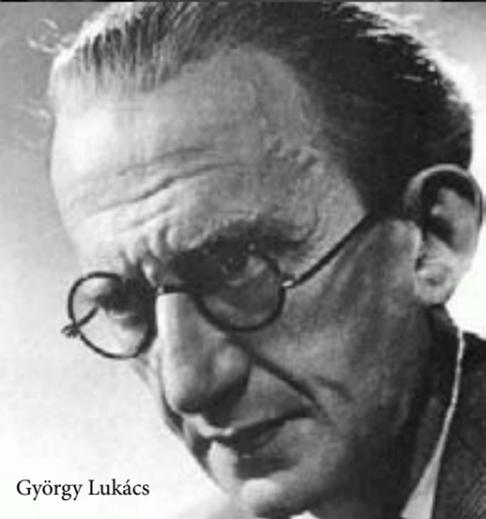
Edward Said



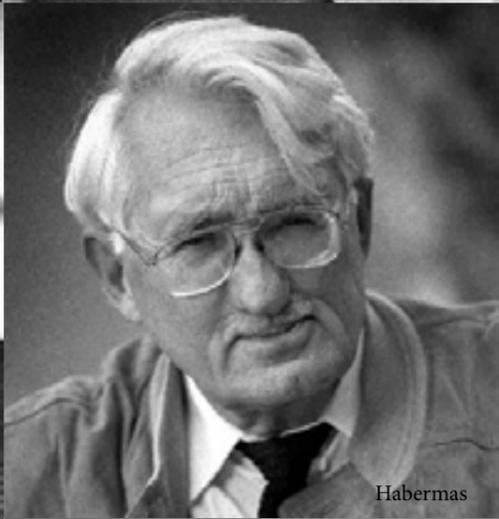
Edward Shils



Foucault



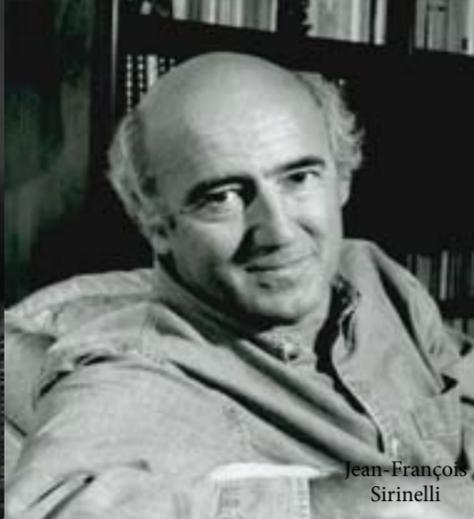
György Lukács



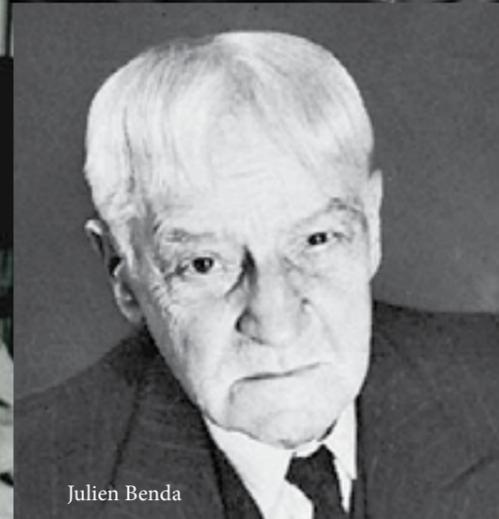
Habermas



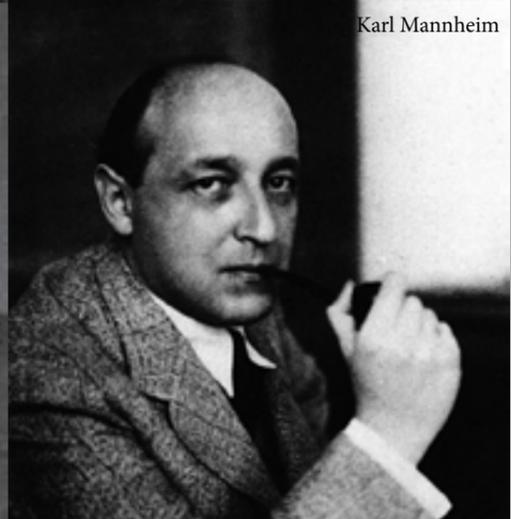
Jean Paul Sartre



Jean-François Sirinelli



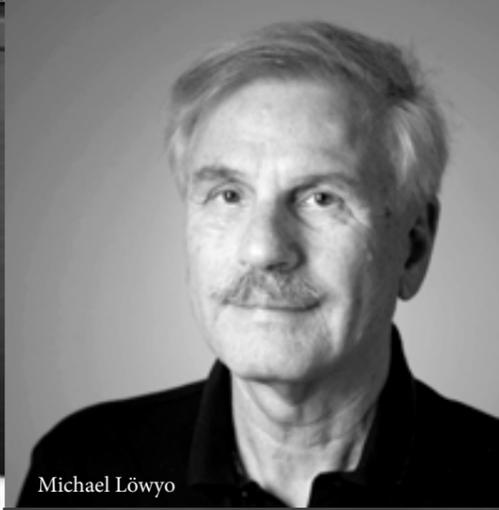
Julien Benda



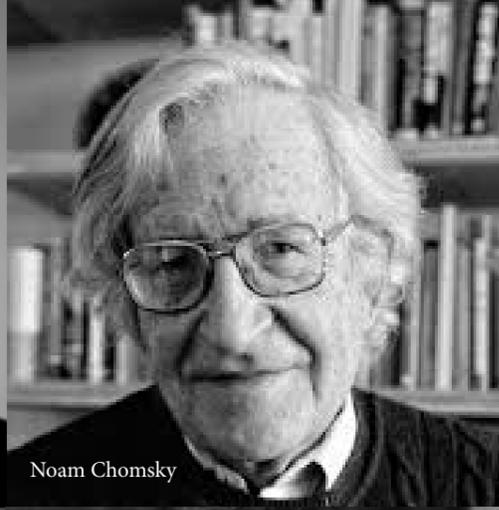
Karl Mannheim



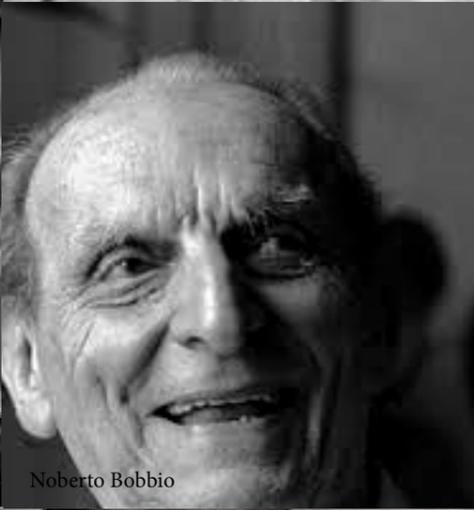
Luiz Wernneck Vianna



Michael Löwy



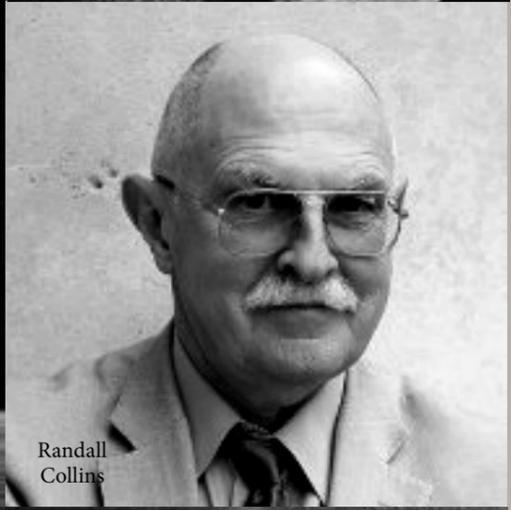
Noam Chomsky



Norberto Bobbio



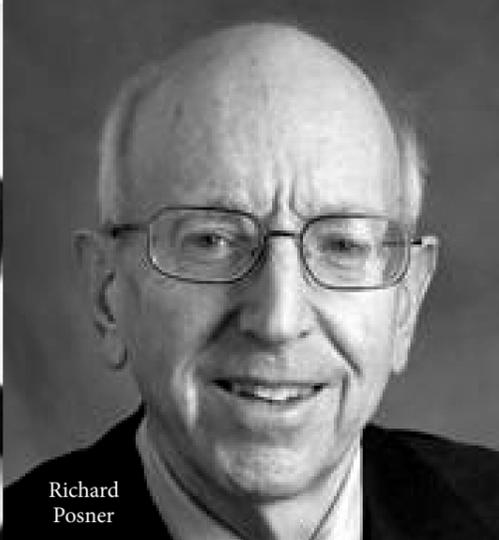
Pierre Bourdieu



Randall Collins



Raymond Aron



Richard Posner



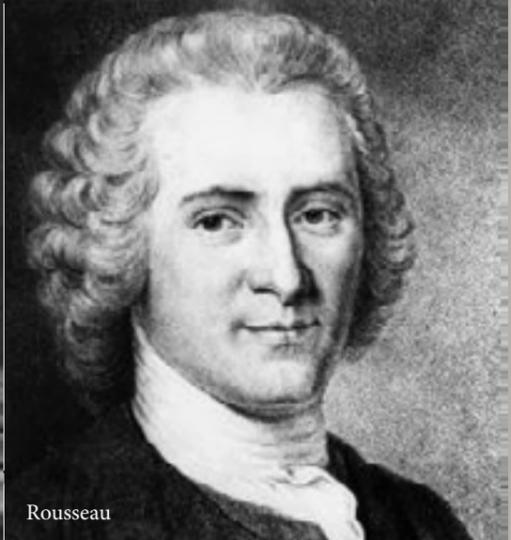
Simone de Beauvoir



Zygmunt Bauman



Marx



Rousseau